

ALGUMAS DIFERENÇAS SEMÂNTICAS ENTRE *DEVER* E *PODER*

SOME SEMANTIC DIFFERENCES BETWEEN DEVER AND PODER

Maurício Resende¹

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de discutir algumas diferenças semânticas entre os verbos modais epistêmicos do português brasileiro (PB), *dever* e *poder*, sob a perspectiva da Semântica Formal. Ancorado na proposta de Angelika Kratzer (1981; 1991), este estudo pretende explicar as sutilezas de significado captadas pela intuição de falantes nativos do PB e apresentar os elementos necessários para a sua interpretação.

Palavras-chave: Português Brasileiro; Semântica Formal; verbos modais epistêmicos.

ABSTRACT: This study aims to discuss some semantic differences between the epistemic modal verbs in Brazilian Portuguese (BP), *dever* and *poder*, under the perspective of Formal Semantics. Based on Angelika Kratzer's (1981, 1991) proposal, this paper intends to explain the subtleties of meaning noticed by the BP native speakers' intuition and to present the elements that are necessary for such interpretation.

Keywords: Brazilian Portuguese; Formal Semantics; epistemic modal verbs.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da modalidade, como objeto de estudo nas línguas naturais, tem aparecido na literatura linguística à luz de diferentes abordagens². Sob a perspectiva da Semântica Formal, a modalização é uma relação de quantificação sobre mundos, em que o modal atua diretamente sobre o conteúdo de uma sentença, alterando seu significado; dito de outra forma, modais são operadores que têm escopo sobre uma proposição, incidindo nela e gerando outra proposição, como na sentença (1).

¹ Mestrando em Linguística, UFPR.

² Cf. Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), Pessotto (2011) e Resende (2013) para uma discussão das diferenças entre uma proposta formal e uma funcional a respeito dos modalizadores.

(1) João deve viajar amanhã.

Em (1), *deve* é um operador, como a negação, que toma a proposição *João viajar amanhã* e gera uma nova proposição: *grosso modo*, a de que *em todos os mundos acessíveis, João viaja amanhã*. Kai Von Fintel (2006) entende os modais como uma categoria de significado linguístico relacionada à expressão de necessidade e possibilidade. Para o autor, existem cinco tipos de modalidade para as línguas naturais³, a saber, a epistêmica — que diz respeito ao que é possível ou necessário, dado o que se sabe, e para que se tem evidência; a deôntica — que indica o que é possível, necessário, permissível ou obrigatório, dados um conjunto de leis e um conjunto de princípios; a bulética — que expressa o que é possível ou necessário no tocante aos desejos do falante; a circunstancial — que aponta o que é possível ou necessário dado um conjunto de circunstâncias, e a teleológica — que denota o que é possível ou necessário no que tange o alcance de um objetivo em particular. As sentenças (2a-e) são exemplos dessas modalidades.

- (2)
- a) João deve ser o assassino (considerando as evidências) (epistêmica).
 - b) João deve declarar seu imposto de renda (pelas leis vigentes) (deôntica).
 - c) João tem que ganhar na loteria (porque ele quer muito) (bulética).
 - d) João deve vir amanhã (dadas as circunstâncias) (circunstancial).
 - e) João deve vir de carro (para chegar mais rápido em casa) (teleológica).

As línguas dispõem de vários recursos para expressar a modalidade, tais como morfemas, adjetivos, advérbios e verbos. Não obstante, às vezes, um mesmo verbo pode servir a mais de um tipo de modalização, como nas sentenças (3a) e (3b), tanto

³ O autor ainda apresenta a modalidade alética — lógica ou metafísica — que é aquela que se detém no que é possível ou necessário no seu sentido mais amplo, como em *necessariamente dois e dois são quatro*. Todavia, o autor faz a ressalva de que essa modalidade dificilmente é encontrada nas línguas naturais a não ser para disparar implicaturas conversacionais. (FINTEL, 2006).

quanto uma mesma modalidade pode ser expressa por diferentes verbos, como em (4a) e (4b).

- (3) a) Pedro tem que⁴ estudar (não há outra opção) (deôntica).
b) Pedro tem que estudar (é o meu desejo) (bulética).
- (4) a) Ana deve ir a Brasília hoje (pelo que eu sei) (epistêmica).
b) Ana pode ir a Brasília hoje (pelo que eu sei) (epistêmica).

A partir disso, este trabalho consiste em um estudo, apresentado informalmente, que visa mostrar, ancorado em uma perspectiva formal, quais os ingredientes necessários para que os falantes interpretem uma sentença modal, mais especificamente, aquelas que disparam uma leitura epistêmica em construções que apresentam verbos modais epistêmicos, a saber, *dever* e *poder*.

2. ELEMENTOS PARA A INTERPRETAÇÃO MODAL

Na semântica clássica, os operadores modais são monoargumentais. É Angelika Kratzer (1981) quem propõe que eles são predicados de dois lugares que relacionam uma base modal à proposição expressa. Nesse sentido, para a autora, são três os elementos relacionados em uma sentença modal: a força modal, a base modal e a fonte de ordenação. A força modal diz respeito ao conjunto de mundos possíveis e vai determinar se se trata de possibilidade ou necessidade. Essa vai ser a única informação dada pelo item lexical, pelo menos no que tange o português brasileiro (PB).

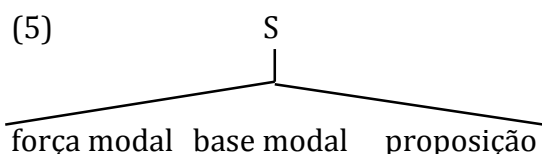
A base modal está ligada à restrição do conjunto de mundos que será ativado para atribuir um valor de verdade à proposição, e a fonte de ordenação constitui o

⁴ Para este trabalho, *ter de* e *ter que* serão considerados variantes (sociolinguísticas) de uma mesma variável. Portanto, assumir-se-á que se trata do mesmo modalizador.

elemento que vai organizar os mundos da base modal, considerando o contexto. Na perspectiva formal, existem apenas dois operadores modais: *é possível* e *é necessário*. Esses operadores mantêm estreita relação com os quantificadores existencial e universal, respectivamente. O operador *é possível* afirma que a sentença é verdadeira em pelo menos um mundo possível, e *é necessário* significa que a sentença é verdadeira em todos os mundos possíveis (PIRES DE OLIVEIRA, 2010).

Von Fintel (2006) entende que modais de possibilidade correspondem à quantificação existencial, enquanto modais de necessidade correspondem à quantificação universal. Diferentes tipos de significação modal correspondem a diferentes escolhas de conjuntos de mundos possíveis como o domínio da quantificação. Então, interpreta-se uma sentença com um modal de necessidade como *é necessário que em todos os mundos possíveis na base modal a proposição expressa seja verdadeira*, e com um modal de possibilidade que *há pelo menos um mundo possível na base modal em que a proposição expressa seja verdadeira*.

A base modal é, em geral, não pronunciada e depreendida do contexto de proferimento. Assim no modelo de Kratzer, o operador modal é um predicado de dois lugares que vai relacionar uma proposição a uma base modal, como mostra a estrutura em (5), em que S corresponde a Sentença.



Então, retomando os exemplos (4a,b) e assumindo apenas as leituras epistêmicas para esses verbos, a interpretação para (4a) seria (6a) e para (4b), (6b),

- (6) a) deve [tendo em vista os mundos X] [Ana ir a Brasília hoje];
 b) pode [tendo em vista os mundos X] [Ana ir a Brasília hoje],

Onde *deve* em (4a) e *pode* em (4b) são os modais que indicam a força modal; a base modal é dada pelo fundo conversacional, tendo em vista os mundos X, e a proposição é *Ana ir a Brasília hoje*.

O fundo conversacional diz respeito ao contexto de proferimento da sentença, ou melhor, ao conjunto de sentenças que formam o contexto, ao conhecimento compartilhado que os falantes têm e a partir do qual se profere uma sentença modalizada. O fundo conversacional, além de restringir o conjunto de mundos a que a proposição será vinculada, preenche ainda a outra variável contextual necessária à interpretação de uma sentença modal, qual seja, a fonte de ordenação.

À fonte de ordenação, que é uma inovação introduzida por Kratzer e que deu origem ao que se chama de *Semântica de ordenação*, caberá a organização dos mundos possíveis, já restringidos pela base modal, de acordo com um conjunto de mundos pré-estabelecidos pelo contexto, o qual projeta um mundo ideal. A fonte de ordenação foi criada porque os modais, nas línguas naturais, expressam graus de possibilidade ou de necessidade. Em *é muito difícil que João possa vir*, exprime-se uma possibilidade fraca, ao passo que em *é muito provável que João venha*, tem-se uma possibilidade forte. Para modelar os graus de possibilidade, Kratzer propõe que os mundos da base modal se organizam em relação a um mundo ideal.

O mundo ideal é um mundo idealizado no qual os eventos ocorrem seguindo seu curso ininterruptamente e/ou o mundo em que todos os desejos são realizados e/ou todas as leis são cumpridas. A fonte de ordenação é aquela que vai organizar os mundos da base modal a partir do qual os eventos se dão no mundo ideal: quando os eventos se dão sem imprevistos e sem incidentes e seguem um curso natural, há a fonte de ordenação estereotípica; se há o cumprimento inequívoco da lei, trata-se da fonte de ordenação deontica, etc. Por exemplo, na sentença *João deve ser preso*, a fonte de ordenação é deontica, das leis, pois nos mundos ideais João é preso, porque neles as

leis são seguidas inequivocamente. Quanto mais próximo dos mundos ideais, maior a chance de ele ser preso. O mundo real pode, no entanto, estar muito longe do ideal.

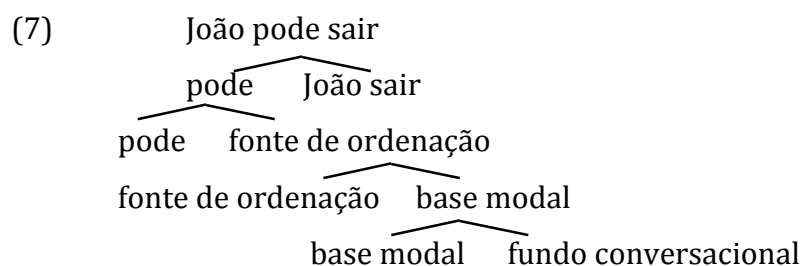
Talvez caiba a ressalva de que é bastante comum no mundo real que os eventos não sigam o seu curso natural, sem interrupções ou imprevistos, ou que a lei não seja sempre cumprida inequivocamente; por isso, nomeiam-se esses mundos *ideais*. Todavia, os mundos ideais, na maioria das vezes, não condizem com o mundo real, que é o mundo do falante — onde há descumprimento da lei e mudanças no curso natural das coisas. Dessa forma, as sentenças modalizadas irão estabelecer uma relação entre o grau de distância de um mundo ideal — estabelecido pelo fundo conversacional — e o mundo real — do falante. A partir disso, a ferramenta da quantificação sobre mundos possíveis vai captar a ideia de gradualidade e ensejará a determinação da proposição como mais ou menos possível.

3. A LEITURA EPISTÊMICA

Como já apontado, a contribuição dos verbos modais na sentença é semântica, ou seja, o auxiliar modal interfere na proposição da sentença gerando outra proposição. Em termos de semântica de mundos possíveis, isso quer dizer que o modal, como operador, exerce escopo sobre a sentença encaixada, relacionando a proposição expressa por essa sentença a uma base modal. A base modal vai ser epistêmica quando a restrição dos mundos possíveis se der pelo conhecimento compartilhado no fundo conversacional — por isso se diz que ela é determinada contextualmente — e vai ser circunstancial quando o conjunto de mundos acionado for delimitado pelas evidências de que o falante dispõe — no momento da fala.

Uma vez restritos os mundos, haverá a organização destes através do posicionamento do mundo do falante em relação ao mundo ideal cuja fonte de ordenação poderá ser estereotípica (o desenrolar natural dos fatos), bulética (o desejo

do falante), deôntica (o cumprimento da lei; o respeito à moral) ou teleológica (o alcance de um objetivo). Logo, o modo como os mundos são organizados, dado o contexto, vai restringir a interpretação. Assim, mesclando todos os ingredientes, uma sentença como *João pode sair* teria uma possível interpretação no esquema em (7).



Restritos e organizados os mundos, a força modal vai indicar se se trata de possibilidade ou necessidade. Como a força modal é dada pelo item lexical, atribui-se a força de possibilidade a *poder* e de necessidade, a *dever* e a *ter que*. Assim, interpreta-se uma sentença modal analisando se a proposição, dado um conjunto de mundos restritos e ordenados, é verdadeira em pelo menos um ou em todos os mundos possíveis.

Como já indicado, dois são os verbos que permitem uma leitura epistêmica no PB: *dever* e *poder*. Mesmo que esses dois verbos sirvam à mesma modalização, é bastante intuitivo que eles não dão a mesma contribuição semântica, como mostram, além de (4a) e (4b), (8a) e (8b). Isso se deve à força modal.

- (8)
- a) Paulo deve ser o assassino de Marta.
 - b) Paulo pode ser o assassino de Marta.

Restringindo a essas sentenças à leitura epistêmica, sabe-se sem muito esforço que elas não dizem a mesma coisa. Se a interpretação de modal epistêmico está

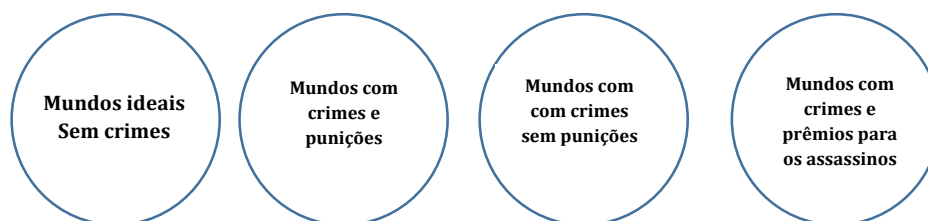
veiculada ao conhecimento sobre o mundo e — mais restritamente — à proposição, pode ser o caso que no fundo conversacional subjacente a (8a) haja mais informações sobre o assassino de Marta do que no de (8b).

Suponha-se uma situação em que há um jantar na casa da Maria com mais ou menos quinze convidados. No meio do jantar, há uma queda de luz e por uns vinte minutos, todos ficam num breu total. Quando a luz volta, Marta está morta. Então alguém diz (8b). Isso porque se sabe que Paulo estava no jantar no momento em que a luz apagou, ou seja, há uma evidência, uma possibilidade, dado o que se sabe, de Paulo ser o assassino. No entanto, Marcos, Otávio e Luiz também estavam no jantar. Se a única evidência é a de que o assassino estava na casa dela na hora da queda de luz, *pode ser o assassino de Marta* poderia ser dito a respeito de qualquer convidado.

Contudo, suponha-se ainda que depois da festa, a polícia descobriu que Paulo havia discutido com Marta antes do jantar; que ele se tornava um homem violento quando bebia. E no jantar, antes da queda de luz, ele já havia bebido bastante. Assim, a partir da consciência desses fatos, seria mais natural o proferimento de (8a). Essa diferença, intuitivamente, subjazeria ao grau de possibilidade de a proposição encaixada ser verdadeira. Logo, deve haver um número maior de fatos conhecidos para o proferimento de (8a) em detrimento do de (8b). Sendo assim, *pode* denotaria uma possibilidade fraca enquanto *deve*, uma probabilidade forte.

Essa ideia de gradualidade não se aplica somente aos modais epistêmicos. Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), a partir da proposta de Kratzer, demonstram essa noção para os modais deônticos do PB, *dever* e *ter que*, atribuindo a *dever* uma necessidade fraca e a *ter que* uma necessidade forte. Partindo do princípio de que modalizadores deônticos são aqueles que indicam cumprimento da lei e respeito à moral, as autoras propõem que há uma ordenação deôntica de mundos — realizada pela fonte de ordenação deôntica — como mostrada em (9).

(9)



Essa ordenação de mundos, proposta pelas autoras (PIRES DE OLIVEIRA; SCARDUELLI, 2008, p. 228), coloca que o mundo ideal é um mundo que não tem crimes, pois se a lei diz “Não matarás”, no mundo ideal qualquer proposição como (8a) ou (8b) é falsa, pois nesse mundo não há assassinatos. Entretanto, o mundo do falante não é o ideal; assim, as autoras advogam a favor de que, em um mundo próximo do ideal, há crimes, porém há punições para todos eles.

Portanto, tomando-se por base os fatos descritos sobre o assassinato de Marta e sabendo que Paulo é muito provavelmente o assassino, poderia ser proferida a sentença (10), restringindo, assim, essa sentença à leitura deôntica em detrimento da bulética — que revelaria o desejo da falante de que Paulo fosse preso — e que também é disparada com o modal *ter que*.

(10) Paulo tem que ser preso.

Se, de fato, houve um assassinato, não se trata do mundo ideal. Porém, pode ser o caso de um mundo próximo do ideal, onde assassinatos têm punições, pois é um mundo mais justo. Assim, para Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), afirmar que *tem que* indica uma necessidade forte é entender que a proposição expressa é avaliada levando-se em conta apenas os mundos mais próximos do ideal.

No tocante a *dever* (deôntico), as autoras propõem que se trata de uma necessidade fraca, pois esse modal deixa em aberto a possibilidade de haver outros mundos que estão numa esfera não tão próxima do ideal (como uma em que há

crimes, mas não há punições) admitindo, portanto, alternativas de mundo e consequentemente comparações.

4. DIFERENÇAS SEMÂNTICAS ENTRE *DEVE* E *PODE*

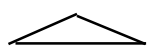
Intuitivamente sabe-se que há diferenças, ainda que sutis, de emprego de *dever* e *poder* (com leitura epistêmica). Assim, ancorado na proposta de Kratzer (1981, 1991) e considerando os trabalhos de Ana Lúcia Pessotto (2011), Jaqueline Alves Scarduelli (2011) e Maurício Sartori Resende (2013) para o PB, com vistas a explicitar essa intuição, considera-se a sentença (11).

(11) Aquilo lá no céu deve ser um avião.

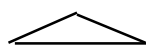
Partindo da premissa de que se trata de uma leitura epistêmica, entende-se a sentença como uma conclusão a que o falante chegou por tudo que ele sabe sobre o mundo, sobre coisas que aparecem no céu e sobre aviões, então ele profere (11). Para Kratzer (1981, 1991), quando há a leitura epistêmica, a proposição é vinculada à base modal epistêmica, ou seja, a proposição é avaliada a partir dos mundos do conhecimento do falante.

Quanto à restrição de mundo, realizada pela fonte de ordenação, o autor defende que, quando a base modal for epistêmica, a fonte de ordenação vai ser estereotípica. Isso equivale a dizer que a organização dos mundos restritos se dará em virtude do curso natural das coisas, de os fatos se desenrolarem sem imprevistos ou incidentes, como em um mundo ideal. Assim para a interpretação de (11), poderia ser considerada (12).

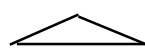
(12) [deve] [conhecimento de mundo] [curso natural das coisas] [aquilo ser um avião]



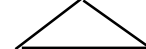
força de
necessidade



base epistêmica



ordenação
estereotípica



proposição

No que tange a força modal, *dev-* carrega a força de necessidade, então (11) é interpretada como: em todos os mundos possíveis mais próximos do ideal, com base nos conhecimentos de mundo do falante, se tudo ocorrer como normalmente ocorre, aquilo lá no céu é um avião. Pode-se imaginar uma situação em que Pedro e Joana estão na sacada do apartamento dela, quando ele olha para cima e profere (11). Ele não tem certeza, ou tem pouca evidência, se o que ele vê é, de fato, um avião, mas ele sabe que Joana mora perto de um aeroporto, que a circulação de aviões naquela região é corriqueira, e já viu aviões antes. A partir de tudo isso, ele conclui que aquilo lá no céu deve ser um avião.

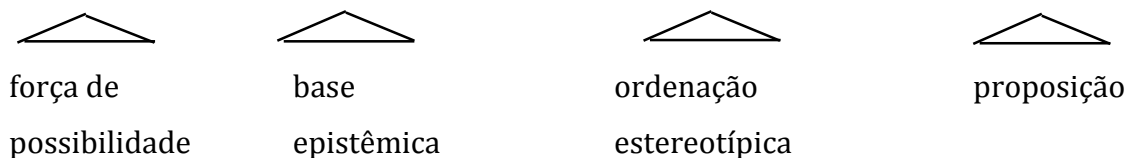
É possível usar a mesma situação para o verbo *poder*. Contudo, para que a sentença (13) se encaixe no contexto, é necessário que o número de evidências que o falante possui seja menor. Por exemplo, Pedro não sabe que Joana mora perto de um aeroporto e não sabe nada sobre a área de circulação de aviões, porém, ele sabe o que é um avião e como ele voa. Nessa situação, ele poderia proferir (13). Indo nessa direção, o falante escolheria o modal de acordo com o número de evidências que possui.

(13) Aquilo lá no céu pode ser um avião.

Em se tratando de modais epistêmicos, em que a interpretação se dá através da base epistêmica e da fonte de ordenação estereotípica, a diferença que o uso de *poder* enseja pode ser resultado de a força modal não ser de necessidade, mas de

possibilidade, pois mantém relação com o quantificador existencial. Essa pode ser uma evidência para a diferença de gradualidade entre *dever* e *poder* epistêmicos. A interpretação de (13) se esquematiza em (14).

(14) [pode] [conhecimento de mundo] [curso natural das coisas] [aquilo ser um avião]



Com base em (14), a interpretação de (13) é a de que existe pelo menos um mundo possível que esteja próximo do ideal em que, com base nos conhecimentos de mundo do falante, se tudo ocorrer como normalmente ocorre, aquilo lá no céu é um avião. No que tange à ordenação dos mundos na base modal, uma possibilidade para a ordenação epistêmica pode ser vista em (15).

(15)



Nesse sentido, poder-se-ia propor que, no que tange o modo de ordenação estereotípica de mundos na base modal, o emprego de *dever* revela que o mundo do falante está mais próximo do mundo ideal, ou seja, que as chances de imprevistos acontecerem é bem menor do que com *poder*, em que o mundo do falante está mais distante do mundo ideal e a chance de as coisas não seguirem seu curso natural é maior. Dessa forma, mesmo que tanto *dever* quanto *poder* sirvam-se da mesma fonte de ordenação de mundos, a estereotípica, o emprego de um ou de outro aciona

diferentes conjuntos de mundos no que diz respeito à sua proximidade do mundo ideal. Isso, então, captaria a diferença de gradualidade entre os dois verbos.

Contudo, cabe ainda um último comentário sobre a diferença semântica desses dois verbos: a força modal. Se para *dever*, a força modal é de necessidade, a de *poder* é de possibilidade e isso é uma variável relevante para a formalização da interpretação de um e outro, segundo a proposta de Kratzer. De qualquer forma, a força modal é uma propriedade que já está na raiz do verbo, ou seja, independe do contexto. Assim, essa poderia ser também outra característica responsável pela diferença de significado perceptível pela intuição de um falante nativo do PB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi expor de uma maneira informal alguns conceitos apresentados por Kratzer (1981, 1991) em sua proposta para a apreensão de sentenças que empregam modalizadores — neste estudo, os verbos modais epistêmicos do português brasileiro. Nas seções anteriores, foram apresentadas algumas das inúmeras variáveis que estão em jogo no tocante às sutilezas de significado das sentenças modalizadas. Finalmente, além de se ter apresentado uma proposta teórica que visa captar a intuição que os brasileiros têm acerca de *deve* e *pode*, na leitura epistêmica, foram apontadas direções para futuros estudos no campo dos modais, dentro de uma perspectiva formal.

REFERÊNCIAS

KRATZER, Angelika. The notional category of modality. In EICKMEYER, Hans-Jürgen; RIESER, Hannes (Ed.). *Words, worlds and contexts: new approaches in words semantics*. Berlin: Walter de Gruyter, 1981, pp. 38-74.

_____. Modality. In VON STECHOW, Arnim.; WUNDERLICH, Dieter (Ed.). *Semantics: an international handbook of contemporary research*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991, pp. 639-650.

PESSOTTO, Ana Lúcia. *'Pode' e 'podia': uma proposta semântico-pragmática*. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *Semântica formal: uma breve introdução*. 2. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

_____; SCARDUELLI, Jaqueline Alves. Explicando as diferenças semânticas entre 'ter que' e 'dever': uma proposta em semântica de mundos possíveis. *Alfa*. São José do Rio Preto. v. 52. 2008, pp. 215-234.

RESENDE, Maurício Sartori. *Os verbos modais epistêmicos no português brasileiro: uma interface sintaxe-semântica*. 2013, 77p. (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras Português) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SCARDUELLI, J. A. *'Deve' e 'devia': os limites da significação*. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VON FINTEL, Kai. Modality and language. In BORCHERT, Donald M. (Ed.). *Encyclopedia of philosophy*. 2nd. ed. Detroit: Macmillan Reference USA, 2006.

Submetido em: 07/09/2015

Aceito em: 29/10/2015